

## 1. INTRODUÇÃO

Atendendo às normas legais previstas na c) do n.º 1 do art.º 33º e a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e n.º1 do art.º 45 e a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e de acordo com o Decreto – Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro, isto é, o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL), é da competência do órgão executivo elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, tendo que ser apresentados estes documentos até dia 31 de outubro de cada ano.

A elaboração dos documentos que compõem o Orçamento Municipal têm como princípio orientador dar uma imagem verdadeira e apropriada daquilo que são as reais expectativas de evolução orçamental para os anos apresentados.

Em relação ao Relatório do Orçamento para 2015, será apresentada a componente orçamental onde serão apresentados os pressupostos e a fundamentação da política orçamental proposta.

## 2. COMPONENTE ORÇAMENTAL

O processo da componente Orçamental começa com a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, onde são contempladas todas as receitas que o Município prevê arrecadar e as despesas que pretende realizar durante o exercício económico.

### 2.1. Análise ao Orçamento

#### 2.1.1. Orçamento da Receita

A previsão da Receita para o ano de 2015 foi feita de acordo com os critérios técnicos definidos no POCAL e enquadrada nas perspetivas macroeconómicas da proposta de OE para 2015.

Em termos globais a previsão global da receita para 2015 totaliza € 15.557.981 de acordo com o quadro seguinte:

	Correntes	Capital	Outras	Total
<b>Receitas</b>	12 160 077,00 €	3 396 904,00 €	1 000,00 €	15 557 981,00 €

## 2.1.1.1. Receita Corrente Bruta

No cômputo geral das Receitas Correntes verifica-se para o exercício de 2015, comparativamente com o orçamento de 2014, um acréscimo de previsão de receita de € 336.613 ou seja de 2,85 %.

Receitas Correntes	2015	%
Impostos Diretos	3 393 357,00 €	27,91%
Impostos Indiretos	145 097,00 €	1,19%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	457 500,00 €	3,76%
Rendimentos de Propriedade	562 537,00 €	4,63%
Transferências Correntes	4 912 086,00 €	40,40%
V. De Bens e Serviços Correntes	2 409 910,00 €	19,82%
Outras Receitas Correntes	279 590,00 €	2,30%
<b>TOTAL: 12 160 077,00 €</b>		<b>100,00%</b>

## Receitas Correntes do Município

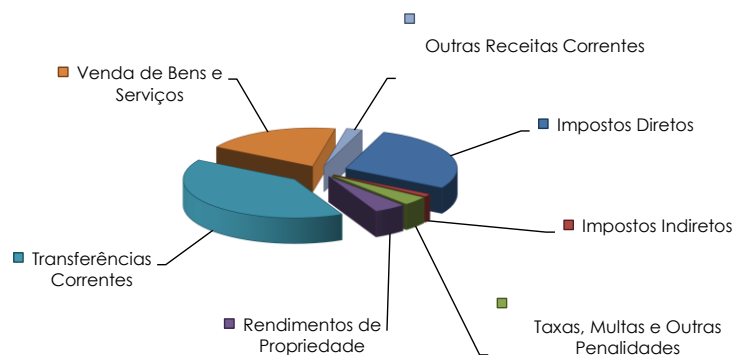


Gráfico n.º 1 – “Repartição das Receitas Correntes previstas para o ano de 2015”.

#### 2.1.1.1.1. Os Impostos Diretos

Os Impostos Diretos registaram um aumento de previsão de € 512.327, 17,8%, face ao previsto para 2014. Para este aumento de previsão contribuiu o fim da cláusula de salvaguarda do aumento do IMI para prédios reavaliados e a expectativa da cobrança de valores em atraso através da eficiência da máquina fiscal.

#### 2.1.1.1.2. Os Impostos Indiretos

Em relação aos Impostos Indiretos a tendência tem sido de diminuição da cobrança nos últimos anos pelo que a previsão da receita para 2015 é inferior em € 144.403 relativamente ao previsto para 2014.

#### 2.1.1.1.3. As Taxas, Multas e Outras Penalidades

As Taxas têm registado um nível de execução bastante estável ao longo dos últimos anos pelo que a previsão para 2015 mantém-se praticamente ao nível da previsão para 2014.

#### 2.1.1.1.4. Os Rendimentos de Propriedade

Fazem parte deste capítulo as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros). A rubrica Rendas associada aos rendimentos de concessão da distribuição em baixa tensão à EDP tem um peso relevante nos Rendimentos de Propriedade e nas Receitas Correntes. A previsão deste capítulo assenta num nível de estabilidade de previsão relativamente ao ano de 2014 tendo a previsão aumentado ligeiramente devido aos rendimentos de um depósito a prazo que se tem mantido nos últimos dois exercícios e a participação em empresas públicas também tem gerado aumento de dividendos arrecadados.

#### 2.1.1.1.5. Transferências Correntes Obtidas

No cômputo geral das Transferências Correntes o FEF/IRS/FSM têm um peso de 83,7% e os rendimentos das eólicas de 9%, o restante diz essencialmente respeito a transferências da área da educação. A previsão da primeira componente baseou-se na proposta de OE para 2015 que apresentou um ligeiro aumento relativamente a 2014, a segunda componente foi prevista com um nível de estabilidade que vem apresentando, quanto às transferências da área da educação previu-se uma ligeira redução em função da reorganização das competências assumidas no parque escolar da Lousã por cada uma das partes. Em termos globais a previsão para 2015 das transferências correntes sofre uma ligeira diminuição de € 109.648.

## 2.1.1.1.6. As Vendas de Bens e Serviços Correntes

As Vendas de Bens, os Serviços, os Serviços Específicos das Autarquias Locais e as Rendas são subgrupos que fazem parte das Vendas de Bens e Serviços Correntes.

A previsão para este capítulo aumentou € 125.210 porque prevê-se em algumas rubricas aumentos de procura, nomeadamente nas ligações de saneamento, resíduos sólidos e rendas.

## 2.1.1.1.7. As Outras Receitas

As receitas que têm um carácter esporádico e que pela sua natureza não podem ser inseridas nos capítulos anteriormente mencionados são designadas por Outras Receitas. Algumas destas receitas são as Indeminizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, as Indeminizações por estragos provocados por outrem em viaturas ou bens pertencentes ao município, os Reembolsos do Imposto de Valor Acrescentado, entre outras.

Relativamente a este capítulo que tem um peso de 2% na receita corrente diminui-se o nível de previsão ligeiramente relativamente a 2014.

## 2.1.1.2. As Receitas de Capital Brutas

Em relação às Receitas de Capital verificou-se uma diminuição da previsão para 2015 relativamente a 2014 de € 996.686, essencialmente devido ao término de alguns projetos comunitários e à fase de transição entre quadro comunitários que se vive atualmente.

A previsão global das receitas de capital para 2015 é a apresentada:

<b>Receitas de Capital</b>	<b>2015</b>
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>22 576,00</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>3 002 662,00</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>371 666,00</b>
<b>Total:</b>	<b>3 396 904,00 €<sup>1</sup></b>

## Os Valores das Receitas de Capital

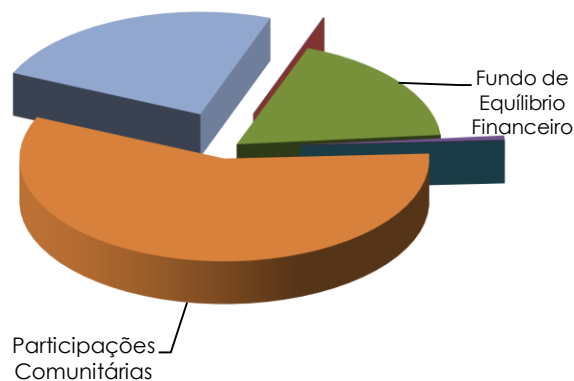


Gráfico n.º 2 – “As Receitas de Capital previstas para 2015”.

As Vendas de Bens de Investimento consideram-se receitas com carácter extraordinário e nas quais se incluem os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou na construção tenham sido classificados como investimento.

Relativamente a esta rubrica o OE 2014 veio criar limites à orçamentação da venda de bens de investimento – imóveis. No caso do Município da Lousã o valor previsto refere-se à venda de bens móveis, nomeadamente máquinas e viaturas, e enquadra-se no objetivo da renovação da frota através da retoma de algumas máquinas e viaturas. A previsão sofreu um ligeiro decréscimo relativamente a 2014

A rubrica transferências de capital é constituída essencialmente pelo FEF – Capital e pelas transferências comunitárias. Quanto ao FEF orçamentou-se o valor previsto na proposta de OE para 2015, que apresenta um ligeiríssimo aumento relativamente a 2014. As transferências comunitárias foram orçamentadas em função dos valores que ainda faltam transferir de candidaturas em curso já aprovadas.

A rubrica de passivos financeiros foi orçamentada prevendo a arrecadação de receita referente ao empréstimo de € 270.000 para o Centro Logístico Municipal e o restante diz respeito a um montante ainda por arrecadar de um empréstimo da linha BEI.

## 2.1.2. Orçamento da Despesa

## 2.1.2.1. Repartição da Despesa Por Classificação Orgânica

Em relação à despesa orçamentada pelas orgânicas é a seguinte:

**Câmara Municipal da Lousã**  
**Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2015)**

Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
0101 Assembleia Municipal	14 550,00	0,00	14 550,00
0102 Câmara Municipal	541 629,00	195 000,00	736 629,00
0103 Operações Financeiras	87 910,00	623 091,00	711 001,00
02 Administração e Finanças	1 945 520,00	345 000,00	2 290 520,00
03 Urbanismo	270 940,00	1 000,00	271 940,00
0401 Obras Municipais	174 560,00	2 316 380,00	2 490 940,00
0402 Gestão Urbana, Mobilidade e Ambiente	541 040,00	322 500,00	863 540,00
0403 Águas, Saneamento e Higiene Pública	2 463 280,00	248 563,00	2 711 843,00
0404 Obras e Trabalhos por Administração Direta	875 310,00	62 500,00	937 810,00
0501 Desporto e Tempos Livres	617 274,00	70 000,00	687 274,00
0502 Intervenção Social e Saúde	230 560,00	15 000,00	245 560,00
0503 Atividade Econ., Plan. Estratég. e Transportes	31 420,00	8 500,00	39 920,00
0504 Cultura e Turismo	582 660,00	189 000,00	771 660,00
0505 Educação e Juventude	1 795 690,00	255 500,00	2 051 190,00
06 Proteção Civil e Bombeiros	632 540,00	100 964,00	733 504,00
07 Gabinete Técnico Florestal	100,00	0,00	100,00
<b>Total Geral:</b>	<b>10 804 983,00</b>	<b>4 752 998,00</b>	<b>15 557 981,00</b>

## 2.1.2.2. Desagregação da Despesas por Económica

Ao nível da despesa o ano de 2015 continuará a ser um ano de grandes restrições, devido às imposições legais, nomeadamente, pelo estabelecido no artigo 64º “Regras relativas à cabimentação e assunção de compromissos” e no artigo 65º “ Violação das regras relativas a compromissos” ambos da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2012; pela publicação da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro designada por “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso”, e pelo Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, de 21 de junho, que visa estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012 e respetivas alterações.

Assim, para que a despesa possa ser realizada é necessário que exista dotação em orçamento disponível para cabimentar a despesa como já era exigido anteriormente, e a partir de 2012, a realização da despesa passou a estar limitada ao valor dos “Fundos Disponíveis”, isto é, a despesa só pode ser realizada até ao valor das verbas disponíveis a muito curto prazo, que

incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos os seguintes valores:

- A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- As transferências ou subsídios com origem nos Orçamentos do Estado, relativos aos três meses seguintes;
- A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
- A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;
- O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;
- As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas;
- E outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º.

A despesa orçamentada para 2015 apresenta-se globalmente conforme apresentado:

11

	Correntes	Capital	Outras	Total
<b>Despesa</b>	10 804 983,00 €	4 752 998,00 €	0,00 €	15 557 981,00 €

#### 2.1.2.2.1. A Despesa Orçamental Corrente

As remunerações, os encargos com as instalações, a aquisição de bens, e todas aquelas despesas que afetem o património não duradouro e que implicam a sua redução, são Despesas Correntes.

A despesa corrente orçamentada para 2015 é apresentada no quadro seguinte:

<b>Despesas Correntes</b>	<b>2015</b>
Pessoal	4 620 100,00 €
Aquisição de Bens e Serviços	5 356 644,00 €
Juros e Outros Encargos	85 410,00 €
Transferências Correntes	639 319,00 €
Subsídios	0,00 €
Outras Despesas Correntes	103 510,00 €
<b>Total: 10 804 983,00 €</b>	

O capítulo Despesas com o Pessoal representa 42,8% da despesa corrente prevista e 38% da receita corrente prevista. Os valores previstos neste capítulo resultam do mapa de pessoal aprovado, das tabelas salariais em vigor e das taxas contributivas aprovadas. Relativamente ao ano de 2014 a previsão para 2015 levou em consideração o aumento do salário mínimo, a devolução de 20% do corte salarial para remunerações acima dos € 1.500 e os concursos de recrutamento em curso no Município. A previsão de despesas com o pessoal resultam num aumento de cerca de € 420.000 relativamente ao ano de 2014.

As aquisições de bens e serviços resultaram numa previsão para 2015 inferior em € 514.854 relativamente ao que foi previsto para 2014, essencialmente porque a previsão de um saldo de gerência de cerca de € 500.000 em 2014 permite inscrever este montante em despesa corrente durante o exercício de 2015 evitando assim empolamentos artificiais desnecessários. Prevê-se a manutenção do nível de aquisições de bens e serviços em termos de valor.

Em relação aos Juros e Outros Encargos a previsão para 2015 é inferior em € 43.440 relativamente a 2014 devido à diminuição das taxas de juro e devido à diminuição do valor pago por juros de mora no atraso de pagamento de faturas.

Neste agrupamento são inseridos os valores suportados com juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, os juros suportados com a locação financeira e outros juros de dívidas contraídas.

Estando esta despesa dependente das taxas de juro praticadas no contexto atual.

As Transferências Correntes aumentam em € 132.519, 26% relativamente a 2014, verificando-se um aumento de transferências para as Freguesias e para as Coletividades do Concelho.

#### 2.1.2.2.2. A Despesa de Capital do Município

As Aquisições de Bens de Capital, as Transferências de Capital, os Ativos Financeiros, os Passivos Financeiros e as Outras Despesas de Capital são rubricas que fazem parte da componente capital da despesa.



Despesas de Capital	2015	%
Aquisição de Bens de Capital	3 939 207,00	82,88%
Transferências de Capital	112 000,00	2,36%
Ativos Financeiros	72 624,00	1,53%
Passivos Financeiros	529 167,00	11,13%
Outras Despesas de Capital	100 000,00	2,10%
<b>Total: 4 752 998,00 €</b>		<b>100,00%</b>

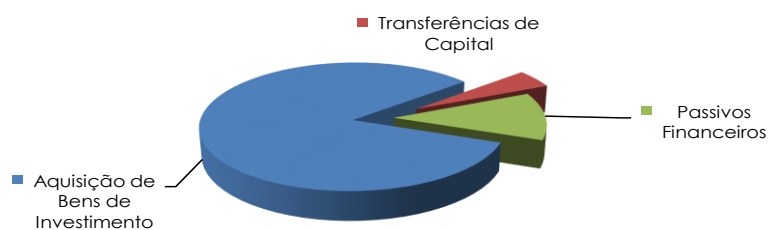


Gráfico n.º 3 – “As Despesas de Capital previstas para 2015”.

As aquisições de bens de capital previstas para 2015 têm um valor inferior em € 781.509 relativamente ao previsto para 2014, essencialmente porque grande parte destes investimentos são comparticipados e estamos em fase final de quadro comunitário com projetos a finalizar. Apesar do momento de transição entre quadros comunitários este capítulo representa 25,3% do orçamento, ¼ do orçamento destina-se a investimento, é um valor que demonstra o permanente esforço de investimento no Concelho.

As transferências de capital mantêm praticamente o mesmo valor de 2014. São transferências essencialmente para as Freguesias e para a obra do Centro Pastoral.

Os ativos financeiros têm como valor orçamentado o valor anual de subscrição do Fundo de Apoio Municipal, sendo esta subscrição uma obrigatoriedade legal.

Os passivos financeiros refletem o valor das amortizações dos empréstimos já contratados de acordo com o mapa dos empréstimos apresentado em anexo. O valor orçamentado é ligeiramente superior ao valor apresentado no mapa para precaver possíveis oscilações de pequena dimensão.

O capítulo outras despesas de capital tem carácter residual representando 2% das despesas de capital orçamentadas.

## 2.2. Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano são uma das bases fundamentais em termos da gestão do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos, bem como a descrição detalhada das atividades a desenvolver e com maior relevo na gestão, isto é, as Atividades Mais Relevantes.

OBJ.	PROG.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO	%
<b>01</b>		<b>Funções Gerais</b>	<b>1 186 764,00 €</b>	<b>15,10</b>
	111	Administração Geral	988 800,00 €	12,58
	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	197 964,00 €	2,52
<b>02</b>		<b>Funções Sociais</b>	<b>5 001 663,00 €</b>	<b>63,64</b>
	211	Ensino não Superior	273 500,00 €	3,48
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 151 500,00 €	14,65
	221	Serviços Individuais de Saúde	5 000,00 €	0,06
	232	Ação Social	96 000,00 €	1,22
	242	Ordenamento do Território	266 000,00 €	3,38
	243	Saneamento	1 517 500,00 €	19,31
	244	Abastecimento de Água	930 500,00 €	11,84
	245	Resíduos Sólidos	322 000,00 €	4,10
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	133 063,00 €	1,69
	251	Cultura	136 600,00 €	1,74
	252	Desporto Recreio e Lazer	170 000,00 €	2,16
<b>03</b>		<b>Funções Económicas</b>	<b>1 433 280,00 €</b>	<b>18,24</b>
	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	43 500,00 €	0,55
	320	Industria e Energia	831 080,00 €	10,57
	331	Transportes Rodoviários	307 000,00 €	3,91
	341	Mercados e Feiras	3 000,00 €	0,04
	342	Turismo	248 700,00 €	3,16
<b>04</b>		<b>Outras Funções</b>	<b>238 143,00 €</b>	<b>3,03</b>
	420	Transferências entre Administrações	238 143,00 €	3,03
<b>Total:</b>			<b>7 859 850,00 €</b>	<b>100,00</b>

As GOP refletem 50,5% do total do orçamento permitindo assim uma melhor gestão orçamental e a possibilidade de uma prestação de contas mais clarificadora.

### Funções Gerais

- Na Administração Geral destacam-se os projetos do novo “Centro Logístico Municipal” e com o projeto de “Modernização dos Serviços Municipais” com uma dotação global de perto de 1 milhão de euros financiados pelo Município e perto de 800 mil euros a aguardar a possibilidade de cofinanciamento comunitário. O ano de 2015, com este volume de investimento nos serviços, vai alterar o paradigma do serviço público autárquico prestado na Lousã.

- Na Proteção Civil e Luta Contra Incêndios, no decorrer do ano económico de 2015, destaca-se o projeto “Sistema de Gestão de Emergência e Combate a Fogos Florestais” com uma verba de 89.000,00€, já que a floresta apresenta um valor incalculável para o nosso Município, não só pelas grandes potencialidades ao nível do Turismo, como também pelos recursos que pode proporcionar contribuindo de forma ativa para o empreendedorismo do Concelho.

### Funções Sociais

- No Ensino Não Superior com o fim do projeto da construção da “Escola Básica do 1º, 2ª e 3ª Ciclos da Lousã”, destaca-se o esforço na manutenção de investimento nas Tecnologias de Inovação, no sentido de continuar a proporcionar às crianças um contacto direto com o “mundo” das tecnologias e criar o Projeto Educativo Concelhio “Lousã Território Educativo”, no sentido de se avaliar a situação atual da Rede Escolar e projetar a sua evolução no futuro, também são projetos a ter em conta no ensino não superior.

- Nos Serviços Auxiliares de Ensino destacam-se os projetos com os “Transportes Escolares” com uma verba prevista de 450.000,00€, as “Refeições Confeccionadas”, para o Pré -Escolar e 1.º Ciclo, com 350.000,00€ e o “Apoio ao Prolongamento do Pré-escolar e 1.º Ciclo” com 110.000,00€, destaca-se também “Atividades Complementares de apoio às famílias” com 168.500 € e assim como a “Parceria com a ARCIL” que visa garantir, às crianças sem Autonomia Motora o transporte, bem como o apoio a alunos a crianças com necessidades educativas especiais.

- O Programa Ação Social, nos dias de hoje tem um papel de extrema importância na gestão organizacional da Autarquia, graças às contingências económicas, são cada vez mais as pessoas que recorrem aos serviços sociais, na tentativa de verem solucionados os seus problemas. Para fazer face a estas situações, foi criado o programa “Plano Municipal de Apoio a Situações de Emergência”, que a par com outras ações, destaca o “Auxílio em Bens Alimentares” e o “Apoio Económico a Famílias Carenciadas”. Paralelamente, também são desenvolvidas um conjunto de transferências, referenciadas no projeto “Apoio Financeiro a Outras Instituições

Sociais do Concelho”, que visam ajudar estas instituições a ter meios logísticos, para proporcionar aos seus utentes, uma melhor qualidade de vida e a sentir que é “Bom Viver na Lousã”!

É para manter este espírito, que a Autarquia, disponibiliza todos os anos uma verba para o programa, “Plano Municipal Sénior”.

- No Ordenamento do Território, destaca-se o programa “Acesso às Instalações de Saúde e Nova Escola”, no sentido de proporcionar a toda a população, ótimas condições de acessibilidade a estes novos equipamentos.

Já no projeto “Regeneração Urbana” estão previstas a preparação de candidaturas dentro do novo quadro comunitário.

- O Saneamento , continua a ser uma das prioridades da autarquia para o exercício de 2015, encontrando-se em curso os projetos “Ampliação e Construção 3ª Fase – Lousã e Vilarinho”, estando previsto que o valor global deste programa ascenda a 1.124.000,00€, procurando-se assim, garantir o alargamento expressivo da cobertura de saneamento.

O pagamento dos serviços prestados à entidade “Águas do Mondego”, tem contemplada uma verba de 393.500,00€ referentes à estação de tratamento de águas residuais de Serpins e da Lousã.

- O Programa Abastecimento de Água, a par com o saneamento, também apresenta um peso relevante no cômputo das despesas das Grandes Opções do Plano da Autarquia, uma vez que é neste programa, que se espelha o pagamento do serviço de abastecimento de água prestado pela entidade “Águas do Mondego”, estando orçados para o ano de 2014, o montante de perto de 1.200.000,00€.

- Nos Resíduos Sólidos, manter o Concelho limpo é uma preocupação constante dos membros desta autarquia, daí que os serviços prestados pela entidade “Ersuc”, no tratamento e recolha dos resíduos sólidos, tenham um impacto significativo no orçamento, estando para isso contemplada uma verba de 300.000,00€.

- No Programa Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, das inúmeras ações que constam deste programa podemos destacar a “Valorização Ambiental das Margens dos Rios”, o projeto ECOXXI, que se baseia na preparação de ações, conducentes a um desenvolvimento sustentável, alicerçado na educação para a sustentabilidade e na defesa e proteção da qualidade ambiental e a “Qualificação e Manutenção de Parques e Jardins”.

- Na Cultura, preservar a cultura de um concelho é promover o saber, não só à população do concelho mas a todos aqueles que nos visitam. Neste âmbito o programa “Cultura” é composto por um inúmero conjunto de ações, que passam pela conservação dos edifícios afetos a esta valência, bem como a sua cedência a entidades e associações do concelho.

A atribuição de apoios económicos às entidades que organizam as “Marchas de S. João”, bem como às associações culturais e recreativas também se encontra contemplado neste programa.

- No Desporto, Recreio e Lazer, Lousã é um concelho jovem, e nada melhor que criar condições para proporcionar aos jovens meios que lhes permitam desempenhar práticas desportivas, daí que neste programa, as ações que se destacam são o apoio às Coletividades Desportivas do Concelho, com o montante para 2015 de 100.000,00€, bem como a modernização das instalações desportivas para garantir a todos os praticantes de desporto ótimas condições para o desenvolvimento destas atividades.

Também se encontra prevista a elaboração de uma candidatura, no âmbito do quadro Comunitário para a construção de novos equipamentos.

#### **Funções Económicas,**

- Na Agricultura, Pecuária Silvicultura Caça e Pesca, este programa é constituído por um conjunto de ações que visam desenvolver atividades, no âmbito da reflorestação e florestação, no apoio à produção de Produtos Endógenos e no Plano Cinegético Municipal.

- Industria e Energia, são os programas “Iluminação Pública” e “Rede de Iluminação Pública do Concelho – Eficiência Energética” que contribuem com maior peso para os encargos do Município, (324.000,00 €). Em termos de infraestruturas empresariais a “Ampliação da Zona Industrial do Alto Padrão” é um projeto com um impacto significativo nas GOP com cerca de 500.000,00€ de valor definido.

- Transportes Rodoviários, assegurar que as vias de comunicação sejam transitáveis e garantir um “Plano Global de Mobilidade de Transportes Rodoviários” são duas das premissas fundamentais neste programa estando disponibilizada uma verba de 307.000,00 € como encargos para o próximo exercício económico.

- Turismo, queremos que o turismo seja potenciador de crescimento económico, este sector tem-se vindo a tornar nas últimas décadas um dos mais importantes na atividade económica do município, sendo um dos que apresenta maior potencial de crescimento. Neste âmbito pretende-se proporcionar a todos quanto nos visitam uma diversidade de destinos que passam pela visita aos ecomuseus, às praias fluviais e Aldeias de Xisto.

Ainda no âmbito deste programa – Turismo, e na tentativa de valorizar o conjunto patrimonial dos Castelos Medievais da Linha do Mondego, o Município está inserido no Projeto “Rede de Castelos e Muralhas de Defesa do Mondego”, no qual está prevista uma candidatura para a zona envolvente ao castelo.

Paralelamente à valorização do património, o município tem previsto desenvolver e apoiar, ao longo do ano, um conjunto de atividades destinadas a mostrar a todos os que nos visitam, as nossas gentes, os costumes e tradições.

### - Outras Funções

Transferências entre Administrações

O Município faz parte integrante de uma comunidade, se é certo que tem como objetivo primordial a satisfação das necessidades dos munícipes, e tal só é possível com o apoio de outras instituições, onde se destacam as Juntas de Freguesia, que representam muitas vezes a ponte entre o munícipe e o município. Estas viram as suas competências reforçadas com a entrada em vigor da, Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Criar condições, para que qualquer cidadão ou cidadã desenvolva o seu próprio negócio, contribuindo deste modo para o crescimento económico da região, é o que se pretende com o Projeto “ Plano Municipal de Apoio aos Empresários e ao Investimento”

### 2.3. Equilíbrio Orçamental

De acordo com o art.º 40 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Apesar da definição de equilíbrio orçamental apontar para o momento da execução do orçamento, é no momento da sua elaboração que a política orçamental é definida por isso importa cumprir esta regra no momento da orçamentação.

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	2015	
	Valores	Poupança
Receita Corrente Previsional	12 160 077	
Despesa Corrente Previsional	10 804 983	
Amortizações médias de empréstimos de MLP	658 489	
<b>Saldo do Equilíbrio Orçamental (amortizações médias anuais)</b>		<b>696 604,90</b>

## 2.4. Orçamento para 2015 vs PAEL

O Município da Lousã está inserido no programa II do PAEL o que implica que a política orçamental seguida esteja em linha com o previsto para o prazo do programa.

## RESUMO ORÇAMENTO PROPOSTO PARA 2015

	Correntes	Capital	Outras	Total
<b>Receitas</b>	12 160 077,00 €	3 396 904,00 €	1 000,00 €	15 557 981,00 €
<b>Despesa</b>	10 804 983,00 €	4 752 998,00 €	0,00 €	15 557 981,00 €
<b>Poupança (3)=(1)-(2)</b>	<b>1 355 094,00</b>	<b>-1 356 094,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,00</b>

## RESUMO DO PREVISTO NO PAEL PARA 2015

	Correntes	Capital	Outras	Total
<b>Receitas</b>	10 005 842,53 €	1 470 000,00 €	0,00 €	11 475 842,53 €
<b>Despesa</b>	8 276 800,53 €	3 194 279,84 €	0,00 €	11 471 080,37 €
<b>Poupança (3)=(1)-(2)</b>	<b>1 729 042,00</b>	<b>-1 724 279,84</b>	<b>0,00</b>	<b>4 762,16</b>

A previsão do PAEL para receitas de capital baseava-se exclusivamente na componente de capital do FEF que viu as regras serem alterados tendo o seu montante ficado reduzido a 10% do montante global anual do FEF. Sendo assim a previsão ajustada do PAEL seria:

	Correntes	Capital	Outras	Total
<b>Receitas</b>	11 075 842,53 €	400 000,00 €	0,00 €	11 475 842,53 €
<b>Despesa</b>	8 276 800,53 €	3 194 279,84 €	0,00 €	11 471 080,37 €
<b>Poupança (3)=(1)-(2)</b>	<b>2 799 042,00</b>	<b>-2 794 279,84</b>	<b>0,00</b>	<b>4 762,16</b>

Com este ajustamento verificam-se as seguintes diferenças entre o previsto no Orçamento para 2015 e o previsto no PAEL para o mesmo ano:

	Correntes	Capital	Outras	Total
<b>Receitas</b>	1 084 234,47 €	2 996 904,00 €	1 000,00 €	4 082 138,47 €
<b>Despesa</b>	2 528 182,47 €	1 558 718,16 €	0,00 €	4 086 900,63 €
<b>Poupança (3)=(1)-(2)</b>	<b>-1 443 948,00</b>	<b>1 438 185,84</b>	<b>1 000,00</b>	<b>-4 762,16</b>

A diferença de cerca de € 4.000.000 entre os orçamentos globais deve-se essencialmente ao montante de projetos comunitários ainda em execução (€ 3.000.000) e aumento da previsão da receita corrente (€ 1.000.000) pelo aumento da receita previsível dos impostos diretos.

### 3. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Todas as responsabilidades que poderão emergir de processos judiciais em curso estão devidamente provisionadas e com dotações no orçamento para lhes dar cumprimento. Quanto a responsabilidades contingentes não provisionadas não existe nada a mencionar.